

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

TEACHERS OF PERCEPTION ON INCLUSION IN REGULAR EDUCATION STUDENTS WITH DOWN SYNDROME

KATIA LEIKO NONAKA^{1*}, CAROLINE ANDREA POTTKER²

1. Discente do curso de graduação em Psicologia da FACULDADE INGÁ; 2. Professora Mestre do Curso de Psicologia da FACULDADE INGÁ

Rua: Londrina, n° 271 Santa Fé, Paraná, Brasil. CEP: 86770-000. lady_nonaka@hotmail.com

Recebido em 19/06/2015. Aceito para publicação em 20/08/2015

RESUMO

O presente artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Faculdade Ingá e tem como objetivo investigar a percepção de professores sobre a inclusão no ensino regular de alunos com Síndrome de Down. Para tanto, foram entrevistados seis professores, pertencentes à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de uma cidade do interior do Paraná. Para isso, este trabalho foi norteado pela Psicologia Histórico-Cultural. Nos resultados, evidenciamos que os alunos apresentam dificuldades escolares referentes à escrita, lentidão nas atividades e pouca atenção e memória. Os professores responderam que para estes alunos é essencial frequentarem escolas com atendimentos especializados, com fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos. Além disso, foi verificado que os alunos com deficiência intelectual leve e que apresentavam uma boa socialização teriam condições para frequentarem o ensino regular. Assim, a maioria dos professores entrevistados concorda com a inclusão dos alunos com Síndrome de Down, mas é preciso que haja suporte nas escolas. Segundo eles, as escolas ainda precisam passar por uma reestruturação física, pedagógica e humana para receber um aluno especial.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldade de aprendizagem, Síndrome de Down, inclusão.

ABSTRACT

This article is part of the Psychology Course Completion Work of Inga Faculty and aims to investigate the perception of teachers on the inclusion in regular education students with Down Syndrome. To this end, we interviewed six teachers belonging to the Association of Parents and Friends of

Exceptional (APAE) of a city in the interior of Paraná. Therefore, this work was guided by the Historic-Cultural Psychology. In the results, we noted that students have learning difficulties related to writing, slowness in the activities and little attention and memory. Teachers responded that it is essential for these students attend schools specialized care, with physiotherapist, psychologists, speech therapists. In addition, it was found that students with mild intellectual disabilities and who had a good socialization would be able to attend regular school. Thus, most teachers interviewed agree with the inclusion of students with Down syndrome, but there needs to be support in schools. According to them, the schools still need to undergo a physical restructuring, pedagogical and human to receive a special student.

KEYWORDS: Learning disability, Down Syndrome, inclusion

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa intitulado "Percepção de professores sobre a inclusão no ensino regular de alunos com Síndrome de Down". Estudar o processo de aprendizagem da pessoa com Síndrome de Down contribui, cada vez mais, com os profissionais que atuam na área, uma vez que o conhecimento das dificuldades, bem como das habilidades que são comuns às pessoas com esta síndrome, podem auxiliar o aprimoramento de recursos e formas de promover o desenvolvimento desses indivíduos com maior eficácia.

Partimos do princípio que as pessoas com Síndrome de Down têm capacidade para aprender, para isso é importante que receba uma estimulação precoce e seja inserido no ensino regular, recebendo o atendimento edu-

cional especializado, assegurado por lei. A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em que se pontua o seguinte Do Direito à Educação e do Dever de Educar, “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Assim, este trabalho científico é relevante na medida em que oferece aos profissionais da psicologia com interesse na Educação Especial e também aos profissionais da educação conhecimentos no que se refere ao atendimento da pessoa com Síndrome de Down, a fim de discutir possibilidades de melhorias no processo de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar. Dessa forma, o debate promovido por esta pesquisa é fundamental, pois discute tanto as características e necessidades pedagógicas da pessoa com Síndrome de Down como as do processo de ensino-aprendizagem direcionado a estas pessoas.

Muitas pesquisas tratam desse tema, no entanto, todo esforço dedicado a este assunto não extingue as possibilidades e a importância de conhecê-lo mais a fundo. Pretende-se que a pesquisa, se possível, venha a servir de respaldo teórico a estudos posteriores que tratam do tema, bem como auxiliar o professor no atendimento do escolar com a Síndrome de Down. Tem-se como objetivo investigar com professores as dificuldades de aprendizagem apresentadas pela pessoa com Síndrome de Down na escola e suas possibilidades de inclusão no ensino regular.

Considerando essas informações e discussões, este estudo fundamenta-se na abordagem da Psicologia Histórico-Cultural, a qual investiga desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois, de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Cervo e Bervian (1996, p. 49) acentuam que tal tipo de pesquisa “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Isto é, sem inferências pessoais, buscando capturar o máximo de informações de determinado fenômeno.

A pesquisa ainda apresenta uma abordagem qualitativa, pois tem em vista a qualidade das informações cedidas pelos entrevistados, o detalhamento e a exploração dos pontos centrais que se referem à

problemática da pesquisa e o objetivo da mesma. O estudo qualitativo, de acordo com Lüdke e André (1986, p. 18), é desenvolvido em uma situação natural e constitui-se por informações descritivas, “tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Isto é, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a maneira com que os fenômenos ocorrem dentro de um determinado grupo, objeto do estudo, e não apenas com que frequência ocorre tal fenômeno; pauta-se na qualidade dos dados e não em sua quantidade.

Participantes

Atuam como participantes desta pesquisa seis professores que trabalham com alunos com Síndrome de Down em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – de municípios do interior do Paraná.

Quanto ao sexo, todos os participantes são do sexo feminino e situam-se na faixa etária de 42 a 53 anos, conforme a seguinte distribuição: cinco na faixa de 40 anos e uma com idade de 53 anos. Em relação ao grau de escolaridade, quatro possuem formação em Pedagogia, uma é graduada em Letras-Português/Inglês e a outra é graduada em Artes Visuais, sendo que todas possuem especialização em Educação Especial. No que se refere ao tempo de experiência profissional, quatro participantes trabalham de 10 a 20 anos e duas trabalham nesta área, em média, de 20 a 30 anos.

Como forma de preservar a identidade das participantes, as mesmas serão referidas por meio de letras e números, da seguinte maneira: P1, P2, P3 e assim por diante.

Materiais

Os materiais utilizados para a realização da pesquisa foram os seguintes: documento de anuência das escolas; termo de consentimento livre e esclarecido; ficha de identificação dos participantes; gravador e um roteiro de entrevista. A entrevista foi semidirigida.

Procedimentos

O trabalho teve início com a pesquisadora discente do curso de Psicologia entrando em contato com a diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de uma cidade do interior do Paraná. Neste contato, foram feitas as apresentações e a explicação dos objetivos e desenvolvimento da pesquisa, bem como foram esclarecidos os aspectos éticos envolvidos, como sigilo dos dados levantados e o tratamento dos mesmos. Foi solicitada aos diretores das escolas privadas uma autorização para realizar a pesquisa, assinando um documento de anuência. Foi informado que este documento seria encaminhado ao comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Ingá juntamente com o projeto de

pesquisa para aprovação.

Em seguida, foi feito contato por telefone com os participantes do estudo – professores – no próprio local de trabalho, a fim de solicitá-los a participar da presente pesquisa.

A partir da anuência dos participantes em conceder a entrevista, foi combinado dia, horário, local com os professores para a coleta de dados. O gravador foi utilizado mediante a autorização dos entrevistados, pois este método permite mais fidedignidade em relação à obtenção e transcrição dos dados. Antes da entrevista, cada participante leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual explica sobre o uso do gravador, a garantia do sigilo em relação à identificação do participante, a questão da participação voluntária e de desistência da mesma, e sobre o conteúdo da entrevista.

Elegeram-se realizar as entrevistas nos próprios locais de trabalho dos participantes, as tiveram aproximadamente 50 minutos de duração. As gravações e as transcrições das entrevistas serão guardadas por cinco anos e depois descartadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização dos dados foi feita com base nas entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa. Estes dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977, p. 34), é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, as quais, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”. Cabe frisar que, dentre as várias técnicas que contemplam a análise de conteúdo, a análise categorial foi a empregada para trabalhar com as informações das entrevistas. Bardin (1977) compreende-a como uma análise que funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, ou categorias, fazendo reagrupamentos analógicos. Para classificar os elementos em categorias, foi preciso identificar o que eles tinham em comum e o que permitia seu agrupamento. Dessa forma, os dados foram categorizados e analisados/discutidos de modo a abranger os itens: “Atividades desenvolvidas em sua sala de aula”; “Dificuldades de Aprendizagem”; “O Aluno com Dificuldade de Aprendizagem”, “Síndrome de Down e o Ensino Regular” e “Inclusão Escolar”.

Dificuldades de Aprendizagem

Sobre as respostas fornecidas pelas professoras em relação às dificuldades escolares enfrentadas pelos alunos com Síndrome de Down prevaleceu a opinião de que tais indivíduos necessitam de um tempo maior para realizar as atividades, visto que as professoras concordaram que o ritmo deste aluno é mais lento, como pode ser observados

nestas falas:

P1 “[...] Os alunos com Síndrome de Down no meu ponto de vista são mais lentos [...]”.

P2 “[...] o ritmo dele vai ser, digamos que mais lento né pra aprender alguns conteúdos mais abstratos [...]”.

P3 “[...] eles têm o momento deles um pouquinho mais lento pra poder aprender [...]”.

As crianças com Síndrome de Down têm deficiência intelectual, isto é, aprendem mais lentamente e têm dificuldades com o raciocínio complexo e o juízo crítico. O grau de deficiência, no entanto, varia imensamente. Damasceno (1992) apresenta as características mais evidentes sobre as dificuldades de pessoas que tem essa síndrome. Entre elas estão a descoordenação motora, a lentidão na aprendizagem da marcha, da fala e dos cuidados pessoais. Os alunos com Síndrome de Down têm mais dificuldade em aprender. Devido ao atraso no desenvolvimento intelectual, desenvolvem a linguagem mais tardiamente, porém são capazes de frequentar a escola regular, desde que suas necessidades específicas de aprendizagem sejam atendidas.

Tem-se desenvolvido na escola, para suprir estas necessidades da pessoa com deficiência, no contraturno, o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo complementar ou suplementar a educação oferecida no ensino regular, sendo oferecido em sala de recursos multifuncional.

Nesta mesma categoria, pode-se ainda destacar que alguns participantes responderam que os alunos com Síndrome de Down apresentam muita dificuldade na atenção e memorização dos conteúdos, como pode ser visto nestes trechos:

P2 “[...] o Síndrome de Down ele vai ter que, tem já memória comprometida [...]”.

P4 “[...] A dificuldade de fixar as palavras, pra fixar as letras, no outro dia quando retoma as atividades, percebe que o aluno não memorizou a dificuldade tá aí, em reconhecer, identificar uma letra [...]”.

P6 “[...] eles têm muito mais dificuldade de prestar atenção naquilo que você está falando [...]”.

A atenção e a memória são compreendidas por Vygotsky (2004) como funções psicológicas superiores, assim como o pensamento abstrato, a linguagem, entre outras. Estas, por sua vez, serão desenvolvidas no processo de aquisição de conhecimentos transmitidos

historicamente, ou seja, é através da “mediação dos indivíduos mais desenvolvidos culturalmente e pela aquisição do uso de signos (linguagem) que essas funções serão desenvolvidas” (VYGOTSKY, 2004). Dessa forma, este aluno, no processo de ensino-aprendizagem, mesmo apresentando dificuldades na memória, atenção, linguagem, déficits estes devido ao comprometimento intelectual, podem na escola estar desenvolvendo estas habilidades. Ao passo que receberem a mediação adequada do professor, estas dificuldades escolares podem ser minimizadas. Assim, os alunos com Síndromes de Down, inseridos no processo de ensino regular, necessitam de métodos de ensino diferenciados.

Ainda na mesma categoria, pode-se constatar, por meio dos relatos das professoras descritos abaixo, que seus alunos com Síndrome de Down apresentam atraso no seu desenvolvimento motor e da linguagem, acarretando dificuldade na escrita.

P5 “[...] a maior dificuldade deles é na parte da escrita [...]”.

P6 “[...] Os traçados das letras, o valor sonoro das letras e eles precisam no meu ponto de vista um tempo maior pra que eles assimilem o valor sonoro, que só a partir do valor sonoro que eles vão fazer a junção das letras com as vogais [...]”.

P1 “[...] o déficit dele esta na linguagem e no motor [...]”.

Vygotsky (1998, p.123-124) afirma que os motivos que levam a escrever diferem dos que levam a falar. Enquanto a fala é movida pelo imediatismo do desejo ou da necessidade dentro de uma situação dinâmica como interlocutor, os motivos para escrever estão mais distantes das necessidades imediatas e requerem abstração e esforço intelectual, porquanto aprender a escrever exige um distanciamento da situação, obrigando-nos a representar uma situação.

A escrita também exige uma ação analítica deliberada por parte da criança. Na fala, a criança mal tem consciência dos sons que emite e está bastante inconsciente das operações mentais que executa. Na escrita, ela tem que tomar conhecimento de cada palavra, dissecá-la e reproduzi-la em símbolos alfabéticos, que devem ser estudados e memorizados (Vygotsky, 1998,p. 124). Assim, na aprendizagem da escrita é relevante que o aluno tenha desenvolvido a linguagem e conseqüentemente os aspectos motores, além disso, como cita Vygotsky, é importante ter a memória bem desenvolvida para recordar as letras, sílabas e palavras no momento da escrita.

Assim, o aluno com Síndrome de Down, devido suas limitações cognitivas, requer mais tempo para aprender a escrever. Com isso, precisa de uma maior atenção por parte do professor, interação com outros indivíduos e a

apropriação dos bens culturais, inclusive por meio da escola – que vão favorecer o desenvolvimento das funções psicológicas superiores; entre elas, conforme citado acima, a memória e a linguagem, funções essenciais no desenvolvimento da escrita.

Por outro lado, os professores entrevistados reconheceram que as pessoas com Síndrome de Down podem desenvolver bem habilidades relacionadas à dança, à pintura e que são extremamente caprichosos em relação aos trabalhos escolares, conforme a fala de P3:

P3 “[...] eles também desenvolvem habilidades em outras disciplinas com mais facilidade, na dança, na pintura são super caprichosos, tem uns lá que parece que são perfeccionistas, fica nos mínimos detalhes [...]”.

Nesse sentido, é possível verificar que a pessoa com Síndrome de Down tem algumas dificuldades que são características da própria síndrome, no entanto, conseguem desenvolver habilidades sociais e práticas de dança, pintura, dentre outras. Segundo Vygotsky (1995), o fator fundamental no desenvolvimento complicado pelo “defeito” é o duplo papel da insuficiência orgânica no processo deste desenvolvimento. Por um lado, o “defeito” é a limitação, a debilidade, a diminuição do desenvolvimento. Por outro lado, ao originar dificuldades, estimula o movimento para o desenvolvimento. Neste sentido, qualquer “defeito” origina estímulos para formar a compensação.

A educação das crianças com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que simultaneamente como defeito estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento de crianças e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz (VYGOTSKY, 1995,p.32).

A tarefa da educação é inserir a criança com deficiência na vida e promover meios para compensação de sua deficiência. O conceito de compensação consiste em criar condições e estabelecer interações que possibilitem aos indivíduos com deficiência intelectual se desenvolverem. Desse modo, uma forma de compensar os déficits cognitivos das pessoas com Síndrome de Down é o desenvolvimento das habilidades artísticas citadas acima pelos professores.

O Aluno com Dificuldade de Aprendizagem

De acordo com os professores que foram entrevistados, existe uma diferença no desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência que recebe a estimulação essencial desde bebê pelos profissionais especializados em comparação àquelas que não tiveram esta oportunidade, como mostram os discursos a seguir:

P1 “[...] manda pra escola especial, onde ele vai ter todo os estímulos, onde ele vai se trabalhado junto com a equipe técnica [...]”.

P5 “[...] a gente vê que o Lorenzo que veio pra cá bebê, desde pequenininho que teve muito estímulo é diferente [...]”.

Conforme explica Werneck (1993), as crianças com síndrome que não recebem estimulação adequada ainda no primeiro ano de vida correm o risco de ficar com seu desenvolvimento sensorio-motor bastante prejudicado. Há diferenças significativas no desenvolvimento em função da educação e do ambiente a que são submetidas essas crianças desde os primeiros anos de vida. É importante ressaltar que a estimulação precoce é de grande importância para o desenvolvimento do indivíduo, isto porque é por meio do sensorial (visão, audição, tato, olfato, paladar) que a criança adquire conhecimento sobre o mundo. Assim, verifica-se que a estimulação desde bebê é importante para o melhor desenvolvimento da criança com deficiência. Por meio desta estimulação, a criança com Síndrome de Down poderá apresentar menos dificuldades de aprendizagem, mesmo com atrasos no desenvolvimento.

Nesse sentido, para Vygotsky (2001) a aprendizagem e desenvolvimento não entram em contato com a criança na idade escolar, mas estão ligados entre si desde os seus primeiros dias de vida. A educação escolar tem um importante papel nesse processo de transformação das funções psicológicas elementares em superiores, por meio do ensino dos conhecimentos científicos. Deste modo, a estimulação precoce anterior à inserção da criança com deficiência na escola vem a contribuir para o desenvolvimento destas funções.

Dando continuidade nesta categoria, que apresenta o que ocorre quando um aluno é identificado com dificuldade de aprendizagem, os professores relataram que com a identificação destes alunos, as intervenções passam a serem individuais ou em pequenos grupos, como mostram os seguintes trechos:

P2 “[...] escola especial a gente já trabalha em pequenos grupos [...]”.

P3 “[...] aquele trabalho individual, repetitivo, que não adianta querer falar que tem outra maneira de ensinar pros nossos alunos [...]”.

Estes relatos apontam que os alunos com Síndrome de Down, com dificuldades escolares, requerem uma maior mediação por parte do professor, seja individualmente ou em pequenos grupos. Para tanto, o professor deveria ter

condições de saber sobre as possibilidades de compensação e de como fazer uso desta e, então, utilizar-se de mediadores (recursos auxiliares alternativos) específicos, com técnicas e recursos pedagógicos especiais que concorram para a superação da deficiência. Assim, “a escola não deve somente adaptar-se às insuficiências dessa criança, deve também lutar contra elas, superá-las” (VYGOTSKY, 1997, p. 36).

Nessa perspectiva, é necessário observar que Miura (1999) diz que cabe ao professor analisar e decidir sobre os procedimentos de ensino a serem adotados com cada aluno; esses devem ser adequados às habilidades de cada um. Vygotsky acreditava que todas as crianças, deficientes ou não, podem aprender e se desenvolver; mesmo no caso das deficiências mais severas, na coletividade a criança encontra mediadores que a levam a superar as limitações biológicas.

Síndrome de Down e o Ensino Regular

A inclusão de uma criança com necessidades educacionais especiais no ensino regular requer algumas adaptações para que a mesma seja realmente participante do processo. Sobre este processo de inclusão, uma das professoras de alunos com Síndrome de Down que foram entrevistadas relatou que o aluno poderia ser incluído na escola regular desde que: “[...] Pelo menos tenha passado pela uma escola especial ou por um atendimento especializado [...]” (P1).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que promove o desenvolvimento global a alunos com deficiências que necessitam de atendimento especializado, assegurando-lhes o pleno exercício dos direitos básicos de cidadão e efetiva integração social (SILVA, 2002). Nesta perspectiva, os alunos com Síndrome de Down no ensino regular precisam continuar com o acompanhamento especializado, proporcionado por fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, geralmente em instituições de Educação Especial, como as APAEs. Além destes atendimentos especializados, na escola regular o aluno tem direito a participar do Atendimento Educacional Especializado, como já foi citado anteriormente. Assim, é interessante que esses alunos possam frequentar a sala comum em um período e a sala de recursos multifuncionais no contraturno, a fim de auxiliá-los nas suas necessidades específicas de aprendizagem. Dessa forma, a escola de ensino regular precisa organizar-se em sua estrutura física e de profissionais para poder realizar a inclusão.

Nesta mesma categoria, alguns professores responderam que alunos com Síndrome de Down têm condições de estarem sendo incluídos no ensino regular, por conseguirem ter uma boa socialização, como pode ser observado nas falas abaixo transcritas:

P4 “[...] com certeza ele tem condições de estar frequentando o ensino regular sim, principalmente, pela facilidade que eles têm de se relacionar, um ótimo relacionamento, é um aluno calmo, tranquilo, não demonstra agressividade [...]”.

P6 “[...] eu acho que eles têm todas as condições de irem pro ensino regular, porque o Down é muito fácil de socialização [...]”.

A socialização é uma característica muito importante para que ocorra a inclusão escolar, entretanto, questionamos se o comprometimento intelectual do aluno com Síndrome de Down pode influenciar este processo de inclusão. Nas respostas das professoras nas entrevistas, em nenhum momento elas citam que, mesmo com o atraso nas funções cognitivas, este aluno não pudesse ser incluído no ensino regular.

De acordo com Silva (2002) a aprendizagem é muito mais que socialização. Não é apenas um enquadramento num determinado padrão cultural. Por essa perspectiva, a socialização e a aprendizagem têm como objetivo ajudar as crianças a serem sujeitos autônomos na escola.

Para Vygotsky (1997), a educação dos alunos com necessidades especiais não se diferencia dos outros. Os alunos com deficiência alcançam o mesmo grau de desenvolvimento que os outros alunos, porém por outras vias. O que é necessário é que o professor ou o responsável pela educação conheça estes caminhos e atue em sua prática pedagógica de maneira a estimular o processo de conhecimentos destes alunos.

Ainda na mesma categoria, uma das professoras considerou que apenas o aluno com deficiência intelectual de nível leve teria condições de ser incluído no ensino regular, como pode ser visto neste excerto: “[...] um Síndrome de Down leve tem condições [...]” (P3). Conforme Mori e Jacobsen (2012) a pessoa classificada com deficiência intelectual leve apresenta as seguintes características: dificuldades na linguagem, na elaboração de conceito, na criatividade, nas percepções, na memorização, assim, apresenta pouca atenção, necessita de tempo maior para ler, escrever e contar.

Estas características nos levam ao seguinte questionamento: se a pessoa classificada com deficiência intelectual leve com estas dificuldades pode frequentar o ensino regular, porque as pessoas com deficiência intelectual mais severa não podem? Não temos aqui como responder com total segurança a este questionamento, mas nos arriscamos a explicar a questão recorrendo a Vygotsky (1995), que acreditava que todas as crianças, deficientes ou não, podem aprender e se desenvolver, mesmo as deficiências mais severas, na coletividade a

criança encontra mediadores que a levam a superar as limitações biológicas. Pode se apropriar do uso de instrumentos culturais e desenvolver suas funções psicológicas superiores, efetivando, assim, o que Vygotsky chamou de compensação do defeito. Para isso, é preciso criar instrumentos (pedagógicos) especiais adaptados à estrutura psicológica da criança.

Vale ressaltar que segundo Mori e Jacobsen (2012) a classificação como deficiência mental leve, moderada/treinável, aguda ou grave e profunda ainda é aceita e usada até os dias atuais. No entanto, essa classificação pode rotular as pessoas e como consequência desencadear expectativas comportamentais absolutas e reações emocionais negativas para parte da sociedade.

Outro aspecto que merece ênfase refere-se à resposta da participante que considera que a escola pública não está preparada adequadamente para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, como pode ser visto neste trecho:

“[...] eu digo que tem condição, poderia estudar, agora a escola brasileira, sobretudo a pública, ela não oferece condições adequadas para fazer um trabalho significativo com essas crianças [...]” (P4).

De acordo com pesquisas recentes (COSTA; OLIVEIRA, 2002; TANNOUS, 2004; ALCIATI, 2011) observa-se que as escolas não estão adequadas e os professores encontram-se despreparados para receber o aluno com necessidades especiais. ALCIATI, (2011) salienta que as escolas públicas encontram-se despreparadas quanto à infraestrutura e quanto aos profissionais que nela atuam com a aprendizagem de pessoas com deficiência. Tannous (2004), em sua pesquisa, verificou que os professores não acreditam na inclusão do aluno com deficiência em classes comuns, pois se sentem sozinhos e despreparados diante de um processo ainda desconhecido. A maioria dos “professores não tem formação adequada para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, constatando-se que o despreparo do profissional em trabalhar na escola inclusiva, ainda resulta em grandes problemas” (COSTA; OLIVEIRA, 2002).

Neste sentido, as pessoas deficientes encontram dificuldades, sobretudo, pelo fato de que as condições materiais e instrumentais estão constituídas para uma sociedade dita normal, exigindo dos indivíduos as devidas condições para a elas se adaptar, “já que a cultura está acomodada a uma pessoa normal, típica, está adaptada à sua constituição e o desenvolvimento atípico, condicionado pelo defeito não pode arraigar direta e imediatamente na cultura, como ocorre à criança normal”

(VYGOTSKY, 1997, p. 27).

Inclusão Escolar

Nesta última categoria incluem-se os participantes que responderam sobre o que é necessário para que ocorra a inclusão das pessoas com Síndrome de Down no ensino regular. Entre as respostas, uma professora relatou que: “[...] *eles têm que ter atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, porque é o trabalho que tá ligado e até então a gente sabe que na escola regular, no ensino regular, eles, a gente não tem esse aparato [...]*” (P1). Realmente, poucas escolas têm em seu quadro de funcionário profissionais como fonoaudiólogos e fisioterapeutas, tendo em vista que os serviços prestados por estes profissionais enquadram-se geralmente na área da saúde. Todavia, mesmo a escola não possuindo estes profissionais, o aluno poderia receber o atendimento especializado em outro local, como clínicas, postos de saúde ou em escolas especiais, como as APAEs.

Dessa forma, caberia às escolas preocuparem-se com a aprendizagem escolar dos estudantes, e assim proporcionarem aos alunos com deficiência os atendimentos Educacionais Especializados, os quais são assegurados por lei. Em 2009, a Resolução nº 4, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – modalidade Educação Especial, elege as salas de recursos, com a caracterização de “multifuncionais”, e os centros de atendimento educacional especializado como os espaços do atendimento especializado (BRASIL, 2008).

Ainda nesta categoria, pode-se verificar que a metade das professoras entrevistadas evidenciaram alguns aspectos relevantes para que haja a inclusão escolar, entre estas falas:

P2 “[...] reestruturação da escola [...] questões físicas, como pedagógicas e humanas [...] então teríamos que ter salas de aula com menos alunos né, esse aluno com Síndrome de Down estaria numa sala comum, essa sala ela teria que ser equipada [...] o professor que tem Educação Especial ele precisa olhar as diferenças né, as dificuldades de forma diferenciada [...]”.

P3 “[...] o número de alunos reduzidos em sala de aula [...] apoio do professor, da família que tem que estar junto [...]”.

P4 “[professor de apoio como chama professor itinerante para estar acompanhando esse aluno [...]”.

Dentre todas as respostas, iniciar-se-ia por uma reestruturação da escola, tanto em relação às questões físicas, quanto pedagógicas e humanas. Ou as leis que

asseguram as mudanças que a escola deveria ter com o projeto da inclusão escolar efetivamente deveriam ser cumpridas. Destaca-se, nesse sentido, em 2007, no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008).

Glat & Nogueira (2002) esclarecem que existem dois desafios para o sistema de ensino e para a sociedade brasileira: um é fazer com que os direitos ultrapassem o meramente instituído legalmente e o outro é construir respostas educacionais que atendam as necessidades dos alunos. Para isso é necessário uma reorganização educacional, que “acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades” (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 139).

4. CONCLUSÃO

A escola, nos últimos tempos, teve que se adaptar a uma série de mudanças que ocorreram no meio social. Há tempos atrás, o indivíduo era escolarizado e devia se enquadrar nos moldes estabelecidos pela instituição escolar. Atualmente, o indivíduo entra para escola e esta precisa perceber suas necessidades específicas de aprendizagem e criar situações de ensino que sejam capazes de atendê-las. Além disso, a escola regular, de acordo com a determinação das legislações vigentes (BRASIL, 2008), se democratizou, e isto significa que ela deve atender todas as pessoas, independentemente da sua condição física, cognitiva, social, econômica, dentre outras.

Assim, o tema tratado neste estudo objetivou desenvolver uma investigação sobre a percepção de professores sobre a inclusão no ensino regular de alunos com Síndrome de Down. Dentro deste contexto, foram averiguadas as dificuldades escolares destes alunos, bem como o que ocorre com este aluno identificado com dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, verificou-se que a inclusão do aluno com Síndrome de Down no ensino regular é possível, mas este aluno apresenta algumas dificuldades na aprendizagem, devido às características da síndrome que, dentre outras, é marcada por um atraso no desenvolvimento cognitivo, na linguagem e nos aspectos motores. Dessa forma, constatou-se que a criança com Síndrome de Down pode aprender, entretanto, ela

demanda um tempo maior para realizar as atividades e se apropriar dos conteúdos. É importante ressaltar que a aprendizagem varia de pessoa para pessoa. Algumas crianças com Síndrome de Down têm mais facilidades e podem aprender a ler e a escrever, outras, no entanto, devido a um maior comprometimento mental, apenas reproduzem o próprio nome ou palavras simples.

Todavia, a criança com deficiência e, no caso, a criança com Síndrome de Down, que é atendida desde os primeiros dias de vida pelos profissionais especializados, consegue desenvolver-se de forma mais adequada. Isto porque a estimulação precoce da linguagem, da coordenação motora, das relações sociais amenizam os atrasos do seu desenvolvimento; o que, provavelmente, implicará em menos dificuldades nas aprendizagens da escola.

Assim, a inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular, de acordo com os professores entrevistados nesta pesquisa, é plausível, mas requer algumas adaptações. As adaptações devem ser feitas, principalmente, no currículo, no tempo de aprendizagem, nas avaliações. Além disso, a criança com tal síndrome deve ter garantido, em contraturno, a participação na sala de recursos que, em um atendimento mais individualizado, busca trabalhar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas na sala comum.

Por outro lado, verificou-se que a criança com Síndrome de Down tem muita facilidade em relacionar-se com as pessoas, isto é, em fazer amizades e se socializar. O ambiente da escola regular, neste sentido, é muito favorável, pois é nas relações humanas, conforme Vygotsky (2004), que a aprendizagem acontece e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano. Além dessa habilidade social, ela também apresenta uma facilidade nas atividades que envolvem a música e a dança, o que favorece ainda mais o estreitamento dos laços sociais.

Diante disso, ficou evidente neste trabalho que a inclusão da pessoa com Síndrome de Down no ensino regular é possível, mas deve-se observar a necessidade da reestruturação da escola no que tange ao ambiente físico, aos recursos humanos e pedagógicos. Para que a criança com Síndrome de Down faça parte de um processo de inclusão é importante que não seja apenas incluída no espaço físico, mas, acima de tudo, que ela tenha a oportunidade de participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem e suas implicações sociais.

Vale destacar que existem muitos estudos sobre a inclusão escolar de pessoas com Síndrome de Down, mesmo assim há um baixo índice dessas pessoas cursando o ensino regular; muitas delas estão ainda nas escolas especiais. Dessa forma, as pesquisas sobre a temática deste estudo devem continuar como meio de trazer mais

informações às pessoas sobre a vida de quem possui deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

- [1]. Alciati AC. Alunos deficientes em escolas regulares: inclusão ou exclusão?. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, 2011. 48f. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília.
- [2]. Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- [3]. Brasil. Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Diário Oficial da União, 18 de setembro de 2008.
- [4]. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. 175º da Independência e 108º da República.
- [5]. Brasil. Lei nº 12.796, de 04 de Abril de 2013. 192º da Independência e 125º da República.
- [6]. Brasil. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão. (2008) Ministério da Educação. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 04 de Abril de 2015.
- [7]. Cervo AL, Bervian PA. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- [8]. Costa CT, Oliveira JC. A formação do educador para os portadores de necessidades educacionais especiais na escola inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. Belém, 2002. 44f. Monografia (Graduação) – Universidades da Amazônia.
- [9]. Damasceno LG. Natação, Psicomotricidade, Desenvolvimento. Brasília: Secretaria dos Desportos da República, 1992.
- [10]. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- [11]. Glat R, Fernandes EM. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão, n. 1, p. 01-06, 2005.
- [12]. Glat R, Nogueira MLL. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista integração. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, p. 134-141, 2002.
- [13]. Leite DA, Baptista NMG. Aprendizagem da criança de quatro a seis anos com síndrome de Down em uma escola especial. Artigo apresentado ao curso de pedagogia - PUCPR, Paraná, 2010.
- [14]. Lüdke M, André MED. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- [15]. Mendes, E. C. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 33. p.387-559, 2006.
- [16]. Miura RKK, (org). Educação especial: formação de professores, ensino e integração. Marília: UNESP, 1999.
- [17]. Mori NNR, Jacobsen CC. (org) Atendimento educacional especializado no contexto da educação básica. Maringá: Eduem, 2012.
- [18]. Saad SN. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down. Revista brasileira de educação especial. v. 9, n. 1, p. 57-78, 2003.
- [19]. Silva RNA. A educação especial da criança com SD.

- Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002.
- [20]. Tani V. Variabilidade e processo adaptativo em aprendizagem motora. In: Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, La Coruña: Instituto Nacional de Educação Física da Galícia, 1998. p. 169.
- [21]. Tannous GS. Inclusão do aluno com deficiência mental: experiências psicossociais dos professores da escola pública. Mestrado de Psicologia. Campo Grande, 2004. 174f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco.
- [22]. Vygotsky LS. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- [23]. Vygotsky LS. Obras Escogidas: Fundamentos de Defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.
- [24]. Vygotsky LS, Obras Escogidas, Vol. III. Madrid: Visor, 1995.
- [25]. Vygotsky, L. S. Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- [26]. Vygotsky LS. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vygotsky LS, Luria AR, Leontiev AN. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1998.p. 103-117.
- [27]. Werneck C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.